

Comissão de
Turismo



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

COMISSÃO DE TURISMO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 2018

Sumário

1. Comissão de Turismo - CTur	3
1.1 Composição da Comissão.....	3
1.2 Alterações na composição da Comissão durante 2018	7
2. Eventos	8
2.1 Reuniões de Instalação e Eleições	8
2.2 Reuniões Ordinárias.....	9
2.3 Audiências Públicas	10
2.4 Seminários	14
2.5 Outros Eventos.....	15
3. Apreciação de Proposições na Comissão	16
3.1 Demonstrativo Numérico dos Requerimentos	16
3.2 Demonstrativo Numérico dos Projetos	16
4. Emendas à LDO-2019 e à LOA-2019	17
4.1 Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (PL n° 2/2018-CN).....	17
4.2 Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2019 (PL n° 27/2018-CN).....	18
Anexos	19
I. Proposições apreciadas na CTur	19
II. Proposições pendentes de apreciação na CTur.....	20
III. Requerimentos	24
IV. Atribuições da CTur.....	26
V. Equipe Técnica.....	29

1. Comissão de Turismo - CTur

Apresentam-se a seguir os integrantes da Comissão de Turismo, destacadas a Mesa Diretora e as alterações ocorridas ao longo do ano. A Comissão é composta por 20 membros titulares e igual número de suplentes.

1.1 Composição da Comissão

Presidente



**Deputado Rafael Motta
(PSB/RN)**

Vice-Presidentes



**Deputado Felipe
Carreras
(PSB/PE)**



**Deputado Valadares Filho
(PSB/SE)**



**Deputado Bebeto
(PSB/BA)**

Demais Membros

Titulares



Deputado **Adalberto Cavalcanti**
(AVANTE/PE)



Deputado **Afonso Hamm**
(PP/RS)



Deputado **Betinho Gomes**
(PSDB/PE)



Deputado **Beto Salame**
(PP/PA)



Deputado **Capitão Augusto**
(PR/SP)



Deputado **Jarbas Vasconcelos**
(MDB/PE)



Deputado **José Airton Cirilo**
(PT/CE)



Deputado **Lucas Vergílio**
(SD/GO)



Deputada **Magda Mofatto**
(PR/GO)



Deputado **Marx Beltrão**
(PSD/AL)



Deputado **Mauro Mariani**
(MDB/SC)



Deputado **Paulo Azi**
(DEM/BA)



Deputado **Raimundo Gomes de Matos**
(PSDB/CE)



Deputado **Vaidon Oliveira**
(PROS/CE)

Suplentes



Deputado **Carlos Henrique Gaguim**
(DEM/TO)



Deputado **Carlos Sampaio**
(PSDB/SP)



Deputado **Evair Vieira de Melo**
(PP/ES)



Deputado **Fábio Reis**
(MDB/SE)



Deputado **Herculano Passos**
(MDB/SP)



Deputado **Jony Marcos**
(PRB/SE)



Deputado **Jorginho Mello**
(PR/SC)



Deputado **José Nunes**
(PSD/BA)



Deputado **Luiz Cláudio**
(PR/RO)



Deputado **Márcio Alvino**
(PR/SP)



Deputado **Marcus Vicente**
(PP/ES)



Deputado **Nelson Meurer**
(PP/PR)



Deputado **Otavio Leite**
(PSDB/RJ)



Deputado **Pedro Chaves**
(MDB/GO)



Deputado **Walter Alves**
(MDB/RN)

1.2 Alterações na composição da Comissão durante 2018

Deputado	Partido	UF	Condição	Entrada	Saída
André de Paula	PSD	PE	Titular	3/4/2018	22/5/2018
Carlos Eduardo Cadoca	PDT	PE	Titular	3/4/2018	6/4/2018
Marcelo Aguiar	DEM	SP	Suplente	3/4/2018	6/4/2018
Herculano Passos	MDB	SP	Titular	3/4/2018	17/4/2018
Renato Molling	PP	RS	Titular	3/4/2018	18/4/2018

2. Eventos

Em 2018, a Comissão de Turismo realizou quinze eventos, dentre eles uma reunião de instalação, duas de eleição, oito reuniões deliberativas, quatro audiências públicas, um seminário e uma reunião de comparecimento de ministro.

2.1 Reuniões de Instalação e Eleições

A reunião de instalação e eleição para os cargos de da Comissão de Turismo aconteceu no dia 4 de abril de 2018. Com a eleição dos cargos de 1º, 2º e 3º vice-presidentes, no dia 18 de abril, constituiu-se a seguinte Mesa Diretora:

PRESIDENTE: Deputado Rafael Motta – PSB/RN, com 12 votos, 0 em branco, 0 nulos. Total de votos: 12.

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Felipe Carreras – PSB/PE, com 12 votos, 0 em branco, 0 nulos. Total de votos: 12.

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Valadares Filho – PSB/SE, com 12 votos, 0 em branco, 0 nulos. Total de votos: 12

3º VICE-PRESIDENTE: Deputado Bebeto – PSB/BA, com 12 votos, 0 em branco, 0 nulos. Total de votos: 12.

2.2 Reuniões Ordinárias

A Comissão de Turismo realizou 7 reuniões deliberativas ordinárias, 1 de instalação e 2 de eleição, com a presença média de 17 deputados. Segue abaixo tabela com a data, a presença de deputados e o resultado de cada reunião.

Reuniões - ano 2018		
Data	Presença de Deputados	Resultado
4/4	27	Reunião de Instalação e Eleição para o cargo de presidente da Comissão.
18/4	23	Eleições para os cargos de 1º, 2º e 3º vice-presidentes da Comissão. Aprovados os Requerimentos 193/18, 194/18, 195/18, 196/18, 197/18, 198/18, 199/18, 200/18 e 201/18.
25/4	16	Aprovado o Requerimento 205/18.
9/5	16	Aprovados os Requerimentos 202/18, 203/18, 204/18, 206/18, 207/18, 208/18, 209/18 e 210/18.
20/6	15	Aprovadas as emendas ao PLDO 2019 (PLN 2/18). Aprovados os Requerimentos 211/18 e 212/18.
11/07	12	Aprovado o Requerimento 214/18.
30/10	15	Aprovadas as emendas ao PLOA 2019 (PLN 27/18). Aprovado o Requerimento 213/18. Aprovado o parecer ao PL 8257/17.
28/11	14	Aprovados os Requerimentos 215/18 e 216/18. Aprovado o parecer ao PL 6854/17.

2.3 Audiências Públicas

A Comissão de Turismo promoveu neste ano cinco audiências públicas. A seguir, um resumo dessas audiências, com os respectivos temas e convidados que nelas estiveram presentes.

Data: 25/4/2018

Tema: Debater o processo de concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Recife e de Maceió.

Atendendo ao Requerimento nº 195/18 de autoria do Deputado Felipe Carreras, subscrito pelo deputado Marx Beltrão.



Crédito: Cleia Viana

Convidados:

Eduardo Sanovicz – Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas – Abear;

Manuela Marinho – Secretária de Turismo, Esportes e Lazer do Estado de Pernambuco – Setur-PE;

Ronei Saggiaro Glanzmann – Diretor do Departamento de Políticas Regulatórias da Secretaria de Aviação Civil do Ministério de Transportes, Portos e Aviação Civil;

Tiago Sousa Pereira – Superintendente de Regulação Econômica de Aeroportos da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Data: 16/5/2018

Tema: Debater o novo modelo de concessão de aeroportos à iniciativa privada.

Atendendo ao Requerimento nº 209/2018, de autoria do Deputado Felipe Carreras.



Crédito: Michel Jesus

Convidado:

Valter Casimiro Silveira – Ministro de Estado de Transportes, Portos e Aviação Civil.

Data: 16/5/2018

Tema: Discutir o tema “Ampliação dos benefícios do Programa Identidade Jovem”.

Atendendo ao Requerimento nº 210/18 de autoria do Deputado Rafael Motta.



Crédito: Michel Jesus

Convidados:

Francisco de Assis Costa Filho – Secretário Nacional de Juventude;

Anderson Pavin Neto – Presidente do Conselho Nacional de Juventude – Conjuve;

David Barros – Representante dos Gestores de Juventude;

Evandro Átila – Contemplado pelo Programa Id.

Data: 13/6/2018

Tema: Debater o instituto da multipropriedade.

Atendendo ao requerimento nº 202/18 de autoria do Deputado Herculano Passos.



Crédito: Alex Ferreira

Convidados:

Caio Calfat – Conselheiro da Associação para o Desenvolvimento Imobiliário e Turístico do Brasil – ADIT;

Flavio Augusto Ayres Amary – Presidente do Sindicato da Habitação - Secovi-SP;

Guilherme Caffaro Terra – Consultor da Comissão da Indústria Imobiliária;

Munir José Calaça – Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Resorts – ABR;

Tamara Galvão – Coordenadora-Geral de Cadastramento e Fiscalização dos Prestadores de Serviço Turístico do Ministério do Turismo.

Data: 5/12/2018

Tema: Debater sobre o Arquipélago de Fernando de Noronha.

Atendendo ao requerimento nº 215/18 de autoria do Deputado Felipe Carreras.



Crédito: Cleia Viana

Convidados:

Luiz Bueno – Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério do Turismo;

Larissa Carolina dos Santos – Diretora de Licenciamento Ambiental do Ibama;

Paulo Henrique Carneiro – Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

Andrey Rosenthal Schlee – Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan;

Guilherme Rocha – Administrador do Distrito Estadual de Fernando de Noronha;

João Vinícius Figueiredo – Secretário Executivo de Planejamento Turístico e Gestão de Pernambuco;

Paulo Roberto Barros – Assessor da Agência de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Pernambuco;

Ivan Costa – Presidente da Associação de Pousadeiros de Fernando de Noronha.

2.4 Seminários

Data: 3/5/2018

Tema: Processo de concessão à iniciativa privada do aeroporto de Recife e seus impactos.

Local: Cais do Sertão – Av. Alfredo Lisboa, s/n – Recife/PE

Atendendo ao requerimento nº 205/18, de autoria do Deputado Felipe Carreras.

2.5 Outros Eventos

2.5.1 Comparecimento do Ministro de Estado do Meio Ambiente

Data: 5/12/2018

Na ocasião, Edson Duarte, Ministro de Estado do Meio Ambiente, em atenção ao Requerimento nº 216/2018, de autoria do Deputado Felipe Carreras, compareceu ao Plenário da Comissão de Turismo para abordar sobre a condição do arquipélago Fernando de Noronha.

3. Apreciação de Proposições na Comissão

3.1 Demonstrativo Numérico dos Requerimentos

REQUERIMENTOS		
Apresentados		24
Aprovados		24
Rejeitados		0
Retirados		0
Prejudicados		0
Devolvidos ao autor		0
Aprovados	Audiências Públicas	15
	Seminários	5
	Comparecimento de Ministro	1
	Painel	2
	Eventos Externos	1
	Outros	0

3.2 Demonstrativo Numérico dos Projetos

PROJETOS (PL, PLP, PDC e PFC)		
Pendentes de anos anteriores		34
Recebidos em 2018		12
Subtotal		46
Saídas	Aprovados	2
	Rejeitados	0
	Prejudicados na Comissão	0
	Outra saída	0
Subtotal		2
PENDENTES DE APRECIÇÃO		44

4. Emendas à LDO-2019 e à LOA-2016

4.1 Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (PL nº 2/2018-CN)

O Plenário da Comissão de Turismo, no uso da prerrogativa prevista no artigo 87 da Resolução nº 1/2006-CN, aprovou duas sugestões de emenda de inclusão de meta, na reunião deliberativa de 20 de junho de 2018. A seguir o descritivo das emendas e os respectivos pareceres da Comissão Mista de Orçamento:

Emenda – 50070001

Programa: Turismo

Ação: Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - 10V0

Acréscimo de meta proposto: 4.500

Resultado na CMO: Aprovada parcialmente, com autorização para acréscimo de meta 6.0**Emenda – 50070002**

Programa: Turismo

Ação: Promoção Turística do Brasil no Exterior - 20Y5

Acréscimo de meta proposto: 5.000

Resultado na CMO: Aprovada

4.2 Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2019 (PL nº 27/2018-CN)

Visando atender a área de pertinência temática da Comissão, no uso da prerrogativa do artigo 44 da Resolução nº 1/2006-CN, foram escolhidas quatro sugestões de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019, aprovadas pelo Plenário da Comissão de Turismo na reunião deliberativa de 30 de outubro de 2018:

<p>Emenda – 50070001 Ação: Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - 23.695.2076.10V0.0001 Valor Acrescido: R\$ 850.000.000 Resultado na CMO: Aprovação parcial, no montante de R\$ 15.000.000.</p>
<p>Emenda – 50070002 Ação: Promoção Turística do Brasil no Exterior - 23.695.2076.20Y5.0001 Total da Emenda: R\$ 105.000.000. Resultado na CMO: Aprovação parcial, no montante de R\$ 3.300.000.</p>
<p>Emenda – 50070003 Ação: Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional - 23.695.2076.20Y3.0001 Total da Emenda: R\$ 200.000.000 Resultado na CMO: Aprovação parcial, no montante de R\$ 3.300.000.</p>
<p>Emenda – 50070004 Ação: Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo - 23.695.2076.4590.0001 Total da Emenda: R\$ 300.000.000. Resultado na CMO: Aprovação parcial, no montante de R\$ 3.300.000.</p>

Anexos

I. Proposições apreciadas na CTur

<i>Proposição</i>	<i>Autor</i>	<i>Ementa</i>	<i>Relator</i>	<i>Parecer</i>
PL 6.854/17	Rômulo Gouveia	Altera o art. 1º da Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, para assegurar aos estudantes, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes o acesso a parques nacionais e a pontos turísticos, incluindo o transporte se destinado exclusivamente à visitação desses, mediante pagamento da metade do preço do ingresso efetivamente cobrado do público em geral.	Rafael Motta	Aprovado, na forma do substitutivo, em 28/11/18.
PL 8.257/17	Otávio Leite	Altera o inciso V do art. 3º da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que "Restabelece princípios da Lei n.º 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências", com fins de apoio à promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros.	Herculano Passos	Aprovado em 30/10/18.

II. Proposições pendentes de apreciação na CTur

Proposição	Autor	Ementa	Relator Anterior	Designação
PL 2.867/04	Ronaldo Vasconcellos	Dispõe sobre a constituição de Condomínios Hoteleiros.	Fábio Garcia	28/6/2016
PL 4.420/08	Roberto Britto	Dispõe sobre a forma que empreendimentos e estabelecimentos exploram os serviços de hospedagem. Apensado ao PL 2.867/04.	Fábio Garcia	28/6/2016
PL 4.943/09	Fernando Chucre	Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional do Turismo. Apensado ao PL 2.867/04.	Fábio Garcia	28/6/2016
PL 641/11	Geraldo Resende	Altera a Lei nº 11.771, de 2008, para acrescentar-lhe inciso estabelecendo multa aos meios de hospedagem que não cumprirem a diária de 24 horas, e dá outras providências.	Magda Mofatto	29/11/17
PL 3984/12	Jorge Tadeu Mudalen	Altera a Lei nº 11.771, de 2008, para acrescentar incisos estabelecendo horário de entrada e saída de hóspedes em hotéis, pousadas e similares. Apensado ao PL 641/11.	Magda Mofatto	29/11/17
PL 5377/13	Nilda Gondim	Altera a redação do art. 23 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Lei Geral do Turismo. Apensado ao PL 641/11.	Magda Mofatto	29/11/17
PL 6.168/13	Bruna Furlan	Dispõe sobre a sinalização turística. Apensado ao PL 7.033/14.	Valadares Filho	9/5/18
PL 6.730/13	Sérgio Brito	Dispõe sobre a divulgação de informações de interesse turístico em terminais de passageiros interestaduais e internacionais. Apensado ao PL 7.033/14.	Valadares Filho	9/5/18
PL 7.033/14	Jayme Campos	Altera o art. 80 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre sinalização trilingue.	Valadares Filho	9/5/18
PL 908/15	Marcos Soares	Altera o art. 23 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Apensado ao PL 641/11.	Magda Mofatto	29/11/17
PL 1.314/15	Professor Victório Galli	Altera o art. 23 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. Apensado ao PL 641/11.	Magda Mofatto	29/11/17
PL 1.984/15	Alex Manente	Torna obrigatória, na transmissão de evento esportivo ou cultural, a disponibilização de tempo no rádio e televisão para divulgação institucional da Cidade sede do evento.	Magda Mofatto	30/11/16
PL 2.515/15	Rodrigo Rollemberg	Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), para incluir os albergues entre os prestadores de serviços turísticos.	Afonso Hamm	13/8/2015
PL 2.861/15	Goulart	Altera a Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, que "dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo", para dispõe sobre a prestação do serviço "City Tour" nas cidades turísticas do Brasil.	Rafael Motta	9/5/18
PL 2.886/15	Fábio Mitidieri	Dispõe sobre o prazo de duração das diárias em meios de hospedagem, vedando a definição de horários distintos para ingresso ("check-in") e saída ("check-out") dos usuários, e dá outras providências. Apensado ao PL 641/11.	Magda Mofatto	29/11/17

PL 3.651/15	Flavinho	Dispõe sobre o incentivo ao turismo religioso e dá outras providências.	Alex Manente	15/12/2015
PL 3.722/15	Alberto Fraga	Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Apensado ao PL 641/11.	Magda Mofatto	29/11/17
PL 4.142/15	Luciano Ducci	Altera a Lei nº 11.771, de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências	Herculano Passos	12/9/17
PL 4.524/16	César Halum	Determina a restituição da quantia paga ao consumidor em virtude de cancelamento de serviços em locais infestados por moléstias causadas pelo mosquito <i>Aedes Aegypti</i> .	Luiz Cláudio	24/10/17
PL 4.561/16	Francisco Floriano	"Altera a Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências, para estabelecer deveres às prestadoras de serviços turísticos e punições para aquelas envolvidas na exploração do turismo sexual".	Magda Mofatto	9/5/18
PL 4.602/16	Moses Rodrigues	Estabelece condições para a cobrança de taxas de cancelamento, por parte dos meios de hospedagem. Apensado ao PL 4.142/15	Herculano Passos	12/9/17
PL 4.949/16	Goulart	Cria o circuito turístico cultural da Cachaça em cada estado da federação e no Distrito Federal.	José Nunes	4/4/17
PLP 353/17	Veneziano Vital do Rêgo	Institui o Programa "Tax Free" para promover a restituição, a turistas estrangeiros quando de sua saída do país, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para os Programas PIS/Pasep, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação sobre Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS).	Marcelo Squassoni	9/5/17
PDC 746/17	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre um Programa de Férias-Trabalho, assinado em Brasília, em 13 de fevereiro de 2015.	Bebeto	9/5/18
PL 6.801/17	Felipe Carreras	Altera o inciso II, do artigo 7º, da Lei Nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, alterado pela Lei nº 12.715 de 2012 para determinar a alíquota de contribuição sobre da receita bruta.	Carlos Sampaio	9/5/17
PL 6.804/17	Felipe Carreras	Dispõe sobre a isenção de estabelecimentos hoteleiros do pagamento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Apensado ao PL 6.801/17	Carlos Sampaio	9/5/17
PL 6.999/17	Fernando Monteiro	Altera o artigo 10 da Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Estatuto do Estrangeiro) de modo a permitir que o Poder Executivo conceda dispensa unilateral de visto de turista.	Jarbas Vasconcelos	9/5/18
PL 7.151/17	Francisco Floriano	Institui o Estatuto do Turista.	Marx Beltrão	9/5/18
PL 7.691/17	Adérmis Marini	Cria o Roteiro Turístico e Cultural de Portinari	Carlos Sampaio	7/6/17
PL 7.805/17	Rômulo Gouveia	Veda a cobrança antecipada de diárias ou serviços em hotéis e estabelecimentos congêneres.	Magda Mofatto	29/11/17
PL 7.896/17	Cajar Nardes	Declara como de relevante interesse turístico e cultural nacional o Roteiro Caminho das Missões, no Estado do Rio Grande do Sul.	Afonso Hamm	9/5/18

PL 7.987/17	Otavio Leite	Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências	Afonso Hamm	23/5/18
PL 8.690/17	Izalque Silva	Dá nova redação ao parágrafo 7º do art. 27 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.	Otavio Leite	9/5/18
PL 8.779/17	Cabo Sabino	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para determinar a disponibilização de leitos apropriados para pessoas com deficiência de locomoção ou mobilidade reduzida em hotéis, motéis, albergues, pousadas e assemelhados, além de definir a norma padrão de acessibilidade a ser seguida, e dá outras providências.	Magda Mofatto	7/11/18
PL 8.887/17	Cabo Sabino	Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para determinar a forma de cobrança de diárias por hotéis, pousadas e similares. Apensado ao PL 7.805/17.	Magda Mofatto	29/11/17
PL 9.400/17	Rubens Pereira Júnior	Acresce os §§ 5º e 6º ao artigo 23 da Lei 11.771 de 17 de setembro de 2008 para estabelecer horário de entrada e saída nos estabelecimentos considerados meios de hospedagem. Apensado ao PL 7.805/17.	Magda Mofatto	29/11/17
PLP 551/18	Carlos Henrique Gaguim	Institui o Programa assemelhado ao "Tax Free", que promove a restituição, a turistas estrangeiros quando de sua saída do país, restituindo ao turista a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a Contribuição para os Programas PIS/Pasep, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS). Apensado ao PLP 353/17		
PDC 1.021/18	Evandro Roman	Susta o parágrafo único do art. 44, do Decreto nº 7.381, de 02 de dezembro de 2010, que Regulamenta a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico.	Herculano Passos	7/11/18
PL 9.638/18	Vanderlei Macris	Dispõe sobre a instalação de barras de apoio de mão nos boxes para banho destinados à utilização de hóspedes de empreendimentos ou estabelecimentos que prestem serviços de alojamento temporário, e dá outras providências.	Walter Alves	9/5/18
PL 9.765/18	Senado Federal – Vanessa Grazziotin	Acrescenta o art. 27-A à Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para dispor sobre o dever de informar na prestação dos serviços turísticos de intercâmbio educacional e cultural no exterior.	Evair Vieira de Melo	7/11/18
PL 9.998/18	Mário Heringer	Disciplina a visitação pública para fins de turismo, esporte e recreação em unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, e dá outras providências.	Lucas Vergílio	9/5/18
PL 10.169/18	Paulo Pimenta	Inclui no Calendário Turístico Oficial do País, a "FEICOOP - Feira Internacional do Cooperativismo", realizada no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.	Afonso Hamm	7/11/18
PL 10.304/18	Lincoln Portela	Torna obrigatória a disponibilização gratuita de adaptadores de tomada universal nos estabelecimentos comerciais que ofereçam serviço de hospedagem.	Rafael Motta	7/11/18
PL 10.371/18	Ronaldo Benedet	Cria o Roteiro Turístico Caminhos da Neve.	Felipe Carreras	20/6/18

PL 10.645/18	Paulo Teixeira	Torna obrigatória a exigência de faixa de terra segura nas trilhas de peregrinação, culturais e ecológicas.	Otavio Leite	7/11/18
PL 10.777/18	Hildo Rocha	Cria o Calendário Turístico Oficial do Brasil.	Bebeto	7/11/18

III. Requerimentos

Nº	Autor	Ementa	Apreciação	Resultado
193/18	Rafael Motta (PSB/RN)	Requer a realização de Audiência Pública, com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro do Turismo, para apresentação dos Programas e Projetos da Pasta do Turismo para o ano de 2018.	Aprovado em 18/4/18	
194/18	Otávio Leite (PSDB/RJ)	Requer a realização de Audiência Pública para debater a regulamentação nacional de transporte turístico rodoviário, com os convidados relacionados abaixo.	Aprovado em 18/4/18, com subscrição do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE).	
195/18	Felipe Carreras (PSB/PE)	Solicita a realização de audiência pública para tratar do processo de concessão à iniciativa privada do Aeroporto Gilberto Freyre, localizado no Município de Recife, Estado de Pernambuco.	Aprovado em 18/4/18, com subscrição do deputado Marx Beltrão (PSD/AL)	Atendido em 25/4/18
196/18	Rafael Motta (PSB/RN)	Requer que seja convidado o Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), para comparecer à Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados.	Aprovado em 18/4/18	
197/18	Rafael Motta (PSB/RN)	Requer que seja convidado o Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, para comparecer à Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados.	Aprovado em 18/4/18	
198/18	Rafael Motta (PSB/RN)	Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão para tratar da Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), mais especificamente sobre o preço das passagens aéreas e a cobrança separada pelo despacho da bagagem dos passageiros.	Aprovado em 18/4/18, com subscrição do deputado Marx Beltrão (PSD/AL)	
199/18	Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)	Requer a realização de Seminário durante o Congresso Nacional de Hotéis (Conotel), e do Equipotel Regional 2018, evento que ocorre nos dias 16 a 18 de maio, em Fortaleza, Ceará.	Aprovado em 18/4/18	
200/18	Valadares Filho (PSB/SE)	Requer a aprovação de missão oficial de membros da Comissão de Turismo, com ônus para Câmara dos Deputados, para participar da Feira Internacional de Turismo ITB China, de 16 a 18 de maio de 2018, em Xangai, China.	Aprovado em 18/4/18	
201/18	Rafael Motta (PSB/RN)	Requer a realização de seminário, no Estado do Rio Grande do Norte, para debater sobre a interiorização do turismo.	Aprovado em 18/4/18	
202/18	Herculano Passos (MDB/SP)	Requer a realização de Audiência para debater o Instituto da Multipropriedade.	Aprovado em 9/5/18	Atendido em 13/6/18
203/18	Valadares Filho (PSB/SE)	Requer que seja realizada audiência pública para discutir a ampliação do número de turistas estrangeiros no Brasil.	Aprovado em 9/5/18	
204/18	Valadares Filho (PSB/SE)	Requer que seja realizado Seminário na cidade de Aracaju, em Sergipe, para discutir a respeito dos desafios para o crescimento do turismo no nordeste brasileiro.	Aprovado em 9/5/18	

205/18	Felipe Carreras (PSB/PE)	Solicita a realização de Seminário Temático para tratar do processo de concessão à iniciativa privada do Aeroporto Gilberto Freyre e seus impactos, localizado no Município de Recife, Estado de Pernambuco.	Aprovado em 25/4/18	Atendido em 3/5/18
206/18	Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)	Requer a realização de Seminário na cidade de Barbalha, Região Metropolitana do Cariri, Estado do Ceará, para debater as políticas públicas que fomentam o potencial turístico e cultural.	Aprovado em 9/5/18	
207/18	Rafael Motta (PSB/RN)	Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para tratar da Economia Compartilhada.	Aprovado em 9/5/18	
208/18	Otavio Leite (PSDB/RJ)	Requer a realização de Audiência Pública para debater os Hostels e demais seguimentos alternativos de hospedagem.	Aprovado em 9/5/18	
209/18	Felipe Carreras (PSB/PE)	Solicito que seja convocado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Valter Casimiro Silveira, para apresentar suas explicações quanto ao novo Modelo de Concessão de Aeroportos à iniciativa privada, e prestar outros esclarecimentos quanto aos próximos lotes/blocos de Concessão.	Aprovado em 9/5/18, com conversão em convite	Atendido em 16/5/18
210/18	Rafael Motta (PSB/RN)	Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: "Ampliação dos benefícios do Programa Identidade Jovem".	Aprovado em 16/5/18	Atendido em 16/5/18
211/18	Otavio Leite (PSDB/RJ)	Requer a realização de Painel na cidade do Rio de Janeiro, para debater o "Plano Rio de Janeiro a Janeiro".	Aprovado em 20/6/18, com subscrição do deputado Felipe Carreras (PSB/PE)	
212/18	Rafael Motta (PSB/RN)	Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater sobre o fechamento dos Serviços de Hospedagem no Brasil.	Aprovado em 20/6/18, com subscrição do deputado Felipe Carreras (PSB/PE)	
213/18	Herculano Passos (MDB/SP)	Requer a realização de Audiência Pública Conjunta, a fim de debater o Plano Nacional de Gestão do Patrimônio Mundial no Brasil, como Política de Estado indispensável para o desenvolvimento do turismo cultural e natural do País.	Aprovado em 30/10/18	
214/18	Otavio Leite (PSDB/RJ)	Requer a realização de Painel na cidade do Rio de Janeiro para debater o futuro do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro Antônio Carlos Jobim - RioGaleão (GIG).	Aprovado em 11/7/18	
215/18	Felipe Carreras (PSB/PE)	Solicita a realização de audiência pública para tratar do Arquipélago de Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco.	Aprovado em 28/11/18	Atendido em 5/12/18
216/18	Felipe Carreras (PSB/PE)	Solicita o comparecimento do Ministro de Estado do Meio Ambiente, Edson Duarte, em Audiência Pública da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, para tratar da condição atual do Arquipélago de Fernando de Noronha, Estado de Pernambuco.	Aprovado em 28/11/18	Atendido em 5/12/18

IV. Atribuições da CTur

Os parlamentos modernos se organizam ou se estruturam por meio do sistema de comissões parlamentares, órgãos de grande importância no processo legislativo.

A Constituição de 1988 dispõe que o Congresso Nacional e suas Casas – Câmara dos Deputados e Senado Federal – terão comissões permanentes e temporárias, com funções legislativas e fiscalizadoras, na forma definida na Constituição Federal e nos seus regimentos internos. Na Câmara dos Deputados, a composição parlamentar desses órgãos técnicos é renovada a cada ano ou sessão legislativa, em regra.

No cumprimento das duas funções básicas - elaboração das leis e acompanhamento das ações administrativas -, as comissões promovem debates e discussões com a participação da sociedade em geral, sobre temas ou assuntos de seu interesse.

O artigo 22 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados estabelece que as comissões permanentes têm caráter técnico-legislativo ou especializado e integram a estrutura institucional da Casa:

“Art. 22. As Comissões da Câmara são:

I – Permanentes, as de caráter técnico-legislativo ou especializado integrantes da estrutura institucional da Casa, copartícipes e agentes do processo legiferante, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária da União, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II – Temporárias, as criadas para apreciar determinado assunto, que se extinguem ao término da legislatura, ou antes dele, quando alcançado o fim a que se destinam ou expirado seu prazo de duração.”

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no sentido de regulamentar princípios estabelecidos no texto constitucional, também determina:

“Art. 24. Às comissões permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

I – discutir e votar proposições sujeitas à deliberação do Plenário que lhes forem distribuídas;

II – discutir e votar projetos de lei, dispensada a competência do Plenário, salvo o disposto no § 2º do art. 132 e excetuados os projetos: a) de lei complementar; b) de código; c) de iniciativa popular; d) de comissão; e) relativos a matéria que não possa ser objeto de delegação, consoante o § 1º do art. 68 da Constituição Federal; f) oriundos do Senado, ou por ele emendados, que tenham sido aprovados pelo Plenário de qualquer das Casas; g) que tenham recebido pareceres divergentes; h) em regime de urgência;

III – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

IV – convocar ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, ou conceder-lhe audiência para expor assunto de relevância de seu ministério;

V – encaminhar, através da Mesa, pedidos escritos de informação a ministro de Estado;

VI – receber petições, reclamações ou representações de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas, na forma do art. 253;

VII – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VIII – acompanhar e apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer, em articulação com a Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal;

IX – exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, em articulação com a Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal;

X – determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal;

XI – exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XII – propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo decreto legislativo;

XIII – estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferências, exposições, palestras ou seminários;

XIV – solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional, e da sociedade civil, para elucidação de matéria sujeita a seu pronunciamento, não implicando a diligência dilação dos prazos.

§ 1º Aplicam-se à tramitação dos projetos de lei submetidos à deliberação conclusiva das Comissões, no que couber, as disposições previstas para as matérias submetidas à apreciação do Plenário da Câmara.

§ 2º As atribuições contidas nos incisos V e XII do caput não excluem a iniciativa concorrente de Deputado.”

Finalmente, originada do desmembramento da Comissão de Turismo e Desporto no ano de 2013, a Comissão de Turismo tem os compromissos de contribuir com um trabalho legislativo voltado para o incremento do turismo, propiciando o desenvolvimento de políticas públicas em benefício da condição de vida da população brasileira, a geração de renda e emprego, bem como colaborando para um Brasil promissor e desenvolvido.

Em 19 de fevereiro de 2014, a Câmara promulgou a Resolução nº 54 de 2014, desmembrando as competências da então Comissão de Turismo e Desporto (CTD) para criar duas novas: a Comissão de Turismo (CTUR) e a Comissão do Esporte (CESPO).

A seguir, o inciso XIX do art. 32 do RICD, que dispõe sobre as nomenclaturas das vinte e três comissões permanentes e os seus respectivos campos temáticos ou área de atividade:

“Art. 32. São as seguintes as comissões permanentes e respectivos campos temáticos ou áreas de atividade:

(...)

XIX – Comissão de Turismo:

- a) política e sistema nacional de turismo;
- b) exploração das atividades e dos serviços turísticos;
- c) colaboração com entidades públicas e não governamentais nacionais e internacionais, que atuem na formação de política de turismo;
- d) (revogada);
- e) (revogada).”

V. Equipe Técnica

Quadro efetivo
<p>Calebe Nunes Silva Secretário-Executivo da Comissão de Turismo</p> <p>Estefânia de Castro Diniz Silvia Renata de Lara Resende Leandro José Anchieta Irigonhê</p>

Estagiário
Ian Salmi de Faria

Programa Pró-Adolescente
Vinícius Guedes Teixeira e Layane Nunes de Oliveira Matos

Contatos

Página da Câmara dos Deputados

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctur>

E-mail da Comissão

ctur.decom@camara.leg.br

Telefones

(61) 3216 6831 a 38

Endereço

Câmara dos Deputados – Anexo II,
Pavimento Superior, Ala A, Sala 151

Fax

(61) 3216 6835